

“Dinheiro faz girar riqueza e rende tributos”



Formado em Contabilidade e empresário, assumiu a presidência do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) em março. Filiado ao PMDB-SC, já foi presidente dos conselhos de Administração do BESC e do Badesc, e respondeu pelas secretarias de Estado de Negócios do Oeste, Agricultura, Fazenda e da Casa Civil. Na vida política, foi vereador (São Miguel do Oeste), deputado estadual, deputado federal e senador da República. Nessa entrevista exclusiva à Coluna Pelo Estado, Neuto De Conto afirma que “a crise é uma marolinha” se comparada a outras que vivenciou, sobre o papel do BRDE em ações do governo de Santa Catarina e ainda do esforço para a recriação da Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul (Sudesul), que pode trazer recursos federais importantes para a região: “O Sul precisa disso”. No primeiro semestre, o BRDE contratou R\$ 1,8 bilhão em quase 5 mil operações de financiamento no Sul do país. O incremento sobre igual período de 2014 foi de 56,7%. Só em Santa Catarina, o banco contratou R\$ 475,9 milhões e a maior parte das operações do estado resulta da democratização do crédito.

[PeloEstado] - Tem crise para o BRDE?

Neuto De Conto - Tenho 77 anos e passei por algumas crises. Fui relator do Plano Real. Vivi 2,5% de inflação ao dia. Vi o Brasil dando calote no mundo. O que estamos passando agora é marolinha (risos). Sabe-se que existem focos de desequilíbrio, mas muito pouco percebidos no banco. É lógico que a turbulência social, o desencontro político, o desequilíbrio econômico, juntos, chegando ao banco, geram preocupação, especialmente por se tratar de uma instituição de fomento, presente em Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul. Esse clima se reflete nos negócios, sim, porém, não na velocidade que se prega na imprensa todos os dias. Quase nada, em função justamente de sermos um banco de fomento e, ainda, concentrado em áreas produtivas.

[PE] - Por exemplo...

De Conto - Agronegócio, energia, inovação... são áreas em franco desenvolvimento. E nós, como grandes produtores de proteínas, principalmente frango, suínos e leite, temos um bom cenário. Não são só os brasileiros, mas os 184 países do mundo estão à procura de comida. Isso é um fator muito forte e a perspectiva para o Sul do Brasil, nos próximos anos, é de um avanço considerável. Vários fatores contribuem para isso, como falta de terra agricultável no mundo e o crescimento populacional. A expansão demográfica é permanente e contínua. O que não é permanente de contínua é o crescimento da oferta de alimentos. E, neste momento específico, o câmbio também favorece.

[PE] - Dentro desse cenário, qual a avaliação do primeiro semestre?

De Conto - Ampliamos os resultados em relação ao primeiro semestre de 2014. Tanto em números quanto em volume de contratos e rentabilidade, cumprimos todas as metas. Estamos chegando

a R\$ 100 milhões em rentabilidade. Em contratos, financiamos R\$ 1,8 bilhão em várias linhas. Só em Santa Catarina, com o FUNDAM, temos quase 400 contratos. Se formos ver os repasses para o micro e o pequeno crédito, operado por convênio com cooperativas de crédito, são mais de 15 mil contratos. Por exemplo, uma cooperativa de crédito de Blumenau tomou R\$ 63 milhões e fez milhares de empréstimos de R\$ 3 mil. É o segundo maior contrato desse tipo do Brasil. Ainda financiamentos pelo Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) e, agora, assinamos uma linha de crédito de R\$ 20 milhões para o comércio que estamos chamando de *mini financiamento*. Estamos consolidados no setor produtivo e, com isso, também via convênios, vamos entrar no segmento de comércio e serviços, firmando contratos de R\$ 3 mil a R\$ 15 mil e com juros diferenciados.

[PE] - Como está o programa de incentivo à logística de armazenagem?

De Conto - É um programa com 50% dos juros subsidiados pelo governo do Estado de Santa Catarina, através do Fundo Agropecuário, com prazos de 20 anos para pagamento. Nossa deficiência é de 2,2 milhões toneladas. Por não termos armazéns, somos obrigados a exportar na época da safra, a preço baixo e sem tributos. Depois temos que recomprar o mesmo produto com crédito presumido dos outros estados para abastecer o nosso mercado. Em 2014 financiamos estruturas de armazenagem para apenas 5,1 milhões de sacas. Ou seja, o caminho a percorrer é longo. Temos projetos em análise para ampliar esse volume.

[PE] - O BRDE é parceiro em ações do governo catarinense, como a que culminou com a vinda da BMW. Tem algum outro negócio vindo para Santa Catarina com o

apoio do BRDE?

De Conto - Temos vários, mas o banco é um fomentador de todo setor produtivo. A estruturação do projeto BMW foi realizada dentro do BRDE. Agora, o governo lançou o programa *SC + Energia Limpa*, que está envolvendo todos os segmentos do governo para que se encontrem soluções que deem celeridade à implantação de projetos nessa área. E nós somos um grande financiador. Não só desse programa. Somos praticamente o único banco financiador de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) em Santa Catarina. Temos 90% das PCHs financiadas pelo BRDE através de repasses do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

[PE] - Como está sendo tratado o SC+ Energia Limpa? E a micro geração de energia?

De Conto - O BRDE vai aplicar tudo o que for necessário para o sucesso desse programa. Já financiamos aqui umas 50 PCHs, de 1 a 135 MW, por vezes com parcerias. Ninguém ficará sem recursos para projetos viáveis. Ou nós financiamos ou encaminhamos para o BNDES financiar. Quanto à micro geração de energia, normalmente exige poucos recursos. Por termos um quadro diminuto de pessoal, repassamos para as cooperativas operarem esses financiamentos. Não temos como, com 500 funcionários e presentes em três estados, abraçar tudo. Vamos acabar fazendo mal feito. Por isso as parcerias são importantes.

[PE] - Há outras novidades?

De Conto - Estive conversando com o governador Raimundo Colombo sobre o *Inova BRDE*. Temos em carteira para lançar, já em agosto, mais de R\$ 100 milhões só em inovação. Vamos buscar nichos de desenvolvimento de ideias. Poderia citar vários projetos, mas cito um que já está em andamento, em Chapecó, para transformar casca de mandioca em fibra para o consumo humano,

com propriedades benéficas para a saúde. Outro é para aproveitamento de pneus descartados. Ou seja, além da geração de emprego e renda, há nesses dois projetos o aspecto da sustentabilidade.

[PE] - A função social do BRDE tem sido cumprida?

De Conto - Temos uma ação social muito forte, realizada através dos financiamentos que liberamos. Como exemplo, aprovamos R\$ 20 milhões para micro crédito, para o pequeno empreendedor desenvolver sua atividade e crescer. Esses recursos serão distribuídos para as Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscips) com as quais temos parceria estado. Elas vão realizar as operações. Ainda estamos tratando disso com o governo do Estado, mas a intenção é que sejam financiamentos a juro zero.

[PE] - O senhor acredita que o Executivo vai reeditar o Fundo de Apoio aos Municípios (Fundam)?

De Conto - A experiência com o Fundam foi excelente para o governo e para os municípios, com um saldo muito positivo de atividades. Às vezes as pessoas não sabem o porquê de a receita do Estado não cair no mesmo nível registrado por outros estados. É porque tem investimento na base, seja para o micro, o médio ou o grande empreendimento. O dinheiro faz girar riqueza e esse giro rende tributos. O Fundam financiou 955 equipamentos, 526 quilômetros de pavimentações em 1.327 ruas. Sem falar em creches, escolas, obras para saúde, lazer, assistência social ou mobilidade! O governo é muito simpático à reedição, sim. Estamos conversando, mas ainda não temos uma definição. O primeiro foi com recursos não reembolsáveis e o segundo pode ter mudança nesse sentido, com fundo rotativo, sem juros, ou com a definição de linhas prioritárias de atuação.

[PE] - A retomada da Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul (Sudesul) passa pelo BRDE?

De Conto - Sim. Só cinco estados não recebem fundos constitucionais e orçamentários por meio dessas superintendências: os três do Sul (SC, RS e PR), Rio de Janeiro e São Paulo. Mas esses dois têm os *royalties* do petróleo. Os demais, receberam R\$ 38 milhões do governo federal em 2014. Por isso os governadores do Sul delegaram ao BRDE estudar a recriação do Sudesul em novos moldes, com outros princípios e finalidades. Estamos trabalhando nisso há quase dois anos e levantamos 170 projetos de infraestrutura, nas áreas de portos, aeroportos, rodovias e ferrovias, além dos dados econômicos. Fizemos inúmeras reuniões com o Ministério da Integração Nacional e levamos o projeto ao vice-presidente Michel Temer e à presidenta Dilma Rousseff. Agora esbarramos na decisão política. Precisamos que a presidenta diga que aceita a criação da Sudesul para que de fato aconteça. Já falei ao governador Colombo que precisamos da parceria dele para esse convencimento e para que se faça uma medida provisória ou lei complementar criando a nossa superintendência de desenvolvimento. Se recebêssemos a mesma porcentagem que vai para a Sudam, seriam R\$ 8 bilhões por ano para os três estados. Usaríamos esses valores só para elaborar projetos e buscaríamos recursos para a construção em outras fontes. O Sul precisa disso. A Sudam recebeu R\$ 7 bilhões, Sudec R\$ 21 bilhões e a Sudeco, R\$ 6,4 bilhões. Nós temos 15% da população brasileira, respondemos por 16% do PIB (Produto Interno Bruto) nacional e por 13% na arrecadação dos impostos federais. Das 27 unidades da federação, 18 recebem mais do que pagam para a União. Os outros nove, pagam mais do que recebem, e o Sul está entre eles. Portanto, não ajudar o Sul é tirar recursos do Norte e do Nordeste.